

O ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX

Instrução Pública – Ensino de Engenharia – A Aula de Anatomia e Cirurgia
de Vila Bela – Estudos Militares – Os Estudos Menores de Vila Bela –
Matogrossenses na Universidade de Coimbra.

CARLOS FRANCISCO MOURA
Arquiteto e pesquisador

O ensino em Mato Grosso no século XVIII padecia dos mesmos óbices de que padecia nas demais capitanias, mas com agravantes decorrentes de condições locais mais desfavoráveis, fáceis de imaginar em região tão remota.

Paradoxalmente, entretanto, ali se tentaram projetos ambiciosos, cujo descortínio e atualidade nos surpreendem.

Se uns, superdimensionados em relação às possibilidades do meio na época, não puderam ser levados avante, outros, entretanto, tiveram realização prática e precederam de quase dois séculos as fundações modernas correspondentes no Estado.

A solução dos problemas do ensino das matérias de necessidade mais imediata na Capitania no século XVIII e início do XIX foi preocupação dos governos locais e da metrópole – a instrução pública – a engenharia – a medicina – a formação de contadores e geógrafos – a preparação de alunos para a universidade – a formação de militares.

Pode-se, portanto, dizer que Mato Grosso, no século XVIII e início do XIX, se antecipou a várias outras capitanias no tocante a alguns planos e realizações práticas no campo do ensino.

INSTRUÇÃO PÚBLICA

Pouco contou Mato Grosso com a contribuição dos jesuítas. Os dois únicos que chegaram em 1751 com o primeiro Governador, Rolim de Moura, e se dedicaram à catequese, foram expulsos da Capitania em virtude da Carta Régia de 22/8/1758.

Para ocorrer às despesas decorrentes das reformas de ensino introduzidas por Pombal foi criado, por alvará de 10/11/1772, o **Subsídio Literário**,

que o Prof. Célio da Cunha, primeiro diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa da UFMT, considera como precursor do **salário família**.

Era um imposto único que substituíra várias outras formas de contribuição destinadas à instrução pública. Consistia, “na América e na África, de hum real em cada arratel de carne que se cortar nos açougues; e nellas, e na Ásia, de dez réis em cada canada de Água-ardente das que se fazem nas Terras, debaixo de qualquer nome que se lhe dê, ou venha a dar”.

Uma carta régia do Príncipe D. João, dirigida em 19 de agosto de 1799 ao Governador Caetano Pinto trata extensamente do ensino na Capitania (1).

Ordena que ele estude uma solução para o problema da instrução e dá-lhe toda autoridade para arranjar um meio de elevar os recursos do Subsídio Literário a fim de que “este Ramo da Renda Publica se eleva ao maior auge que se possa”. “Tendo também em consideração que na Capital dessa Capitania Determino que se estabeleça huma Cadeira de Arithmetica, Geometria e Trigonometria, onde possam formar-se e educar-se bons Contadores e bons Medidores, afim de que se não sinta afalta que ha de bons Contadores e bons Medidores, e que as medidas das Sesmarias se fação com a necessaria exação, além da utilidade que há de haver Geometras e Geografos capazes de levantarem em Planos e até darem convenientes Descrições de Territorios e dos Rios, como a Nota dos Trabalhos, que nos mesmos podem empreender-se”. Dá outras instruções e exorta o Governador veementemente. “Deste modo Confio que, applicando todas as vossas luzes e esforços ao exame de tão importante matéria, fixareis um Plano, que seja merecedor de Minha Real Aprovação, e de que siga a melhor Instrucção dos Meus Vassallos nessa Capitania”.

Recomenda também que não se esqueça de “segurar e animar” o estudo das línguas latina e grega “para que na escolha daqueles incomparáveis Mestres se forme o gosto da Mocidade instruida”.

Determina que o Governador não só assegure aos Mestres o exato pagamento de seus honorários, como crie um fundo destinado à sua jubilação depois de longos anos de magistério. E termina mandando atribuir medalhas de valor aos discípulos ou alunos que durante o ano fizessem “alguma Composição de distincto merecimento ou publiquem alguma Obra, que mereça passar à Posteridade”(2).

Um documento de 1790, relativo a festejos realizados em Cuiabá, cita nomes de professores da época – José Mariano da Costa, mestre de primeiras letras – José Zeferino Monteiro de Mendonça, professor régio de gramática latina – João Antonio, professor régio de ler – Mestre Francisco Dias Paes – José da Silva Nascimento, que “foi professor de Gramática Latina, e largou a cadeira, por lhe ser pouco lucrativo” e passou a ser pintor e escultor.

Os Apontamentos de Luís de Albuquerque, referentes a Mato Grosso e principalmente a Vila Bela, relacionam Jozé Eugenio d’Aragão, Mestre de Rethorica (3).

O tenente Francisco Leite Pereira, por morte de Joaquim Mariano da Costa pleiteou a cadeira de Mestre das Primeiras Letras de Cuiabá e foi provido nela por despacho de 26/3/1811 (4).

Mais famoso que o professor, pintor e escultor José da Silva Nascimento foi o padre José Manuel de Siqueira, nascido em Cuiabá em 1750. Esteve em

Portugal onde fez cursos de História Natural e Filosofia Racional e Moral, e foi admitido na Real Academia de Ciências de Lisboa. Em 1798 estava de volta a Mato Grosso com a nomeação de primeiro Professor Régio de Filosofia Racional e Moral de Cuiabá. Pesquisou quina na região e escreveu uma interessante **Memória** sobre as minas. Faleceu em Cuiabá a 12 de dezembro de 1825 e é patrono da Cadeira n. 4 da Academia Mato-grossense de Letras (5).

O documento de 1790 cita os seguintes estudantes de Cuiabá — José Duarte do Rego, José de Arruda Abreu, José Luís Monteiro, João Pedro de Jesus, Joaquim de Melo Vasconcelos, José Silvério da Silva e José Vieira.

As **Indagações Estatísticas**, de 1828, do sargento-mor engenheiro Luís d'Alincourt informam sobre o ensino por essa época em Mato Grosso (6).

Em Cuiabá existiam quatro escolas de primeiras letras, sendo uma pública e três particulares. A pública tinha um mestre que ganhava 200\$000 e ensinava a 57 discípulos. Havia uma aula de gramática latina com um professor que ganhava 400\$000 e tinha 15 alunos. A cadeira de Filosofia Racional e Moral estava vaga.

O Diamantino tinha uma aula de gramática latina com 10 alunos, e Mato Grosso (antiga Vila Bela) “prezentemente não tem hua escola de primeiras letras”.

ENSINO DE ENGENHARIA

O ensino de engenharia em Mato Grosso no Século XVIII é um fato histórico que não tem tido o destaque que merece.

Como informa Virgílio Correa Filho, quando os engenheiros militares Ricardo Franco de Almeida Serra e J. J. Ferreira, recém-chegados a Vila Bela em 1782, pediram equiparação de soldo aos outros militares da Capitania, o Governador Luís de Albuquerque, impedido, por tabela fixada anteriormente pela metrópole, de atender diretamente a esse pedido, “resolveu dar-lhes a gratificação de 100 oitavas de ouro, a título de compensação às aulas práticas que os engenheiros estavam dando a diversas pessoas” (7).

Ricardo Franco, “assaltado, como os outros, pela maleita, empenha-se, ainda assim, por adestrar nos serviços de engenharia os seus futuros auxiliares de campo”, e alternava esse trabalho com o da preparação de mapas da região (8).

Mas cerca de sete anos antes esse ensino já era praticado na Capitania, como revela em pormenor documentação publicada posteriormente por Gilberto Freyre.

Trata-se do registro de rascunhos de cartas datadas do Forte do Príncipe da Beira e possivelmente do diretor das obras do mesmo (9).

Em carta datada de 27/4/1775 o missivista informa que verificou não ter o cabo de esquadra Antônio Correia Coelho “nem vontade nem capacidade para se aplicar à engenharia”; não sabia geometria, nem contar nem riscar (desenhar). Em compensação, um sargento de artilharia vindo do Rio de Janeiro declarou-lhe “o grande desejo que tinha de servir a sua Magestade na faculdade de Engenheiro”.

Falei ao Cabo de Esquadra António Ferreira Coelho, e nelle não achei vontade nem capacidade para se aplicar à engenharia; elle me disse que esperava que Va. Exa. lhe desse sua baixa, que não sabia riscar, e o risco que tinha feito fora com muito trabalho e materialmente; e na verdade não tem a mínima notícia da Geometria, e examinado no contar, também não dá a razão do que faz. Tudo o que eu tinha passado com o ditto Coelho chegou à notícia do Sargento de Artilharia, que veio do Rio de Janeiro e se acha neste forte, o qual me procurou e me declarou o grande desejo que tinha de servir a Sua Magestade na faculdade de Engenheiro, pois ja se achava com os estudos necessarios a hum bom artilheiro; e na verdade sabe a aritmetica com fundamento, e o acho tão adiantado na geometria quanto baste para se aplicar à fortificação, e tambem com seus principios de riscar; e como neste sugeito alem da referida capacidade se acha uma grande vontade de se aplicar e por este meio util ao serviço de Sua Magestade e tem bom juizo e ainda he de todo (riscadas) tambem he louvado de todos o seu portamento e conduta (10).

Acrescenta ainda que cre que ele “fará muito bom serviço nestas obras, por cujo motivo peço a V.Exa. que seja servido destinar o dito sargento para que sirva de praticante engenheiro e tenha assistencia nestas obras, izento totalmente de qualquer outra (sic) obrigação militar”. (11).

Em carta de 13/6/1775 o Diretor das obras agradece ao Governador ter designado o sargento Ignacio de Souza Nogueira “para a faculdade de engenheiro e serviço destas obras”.

Beijo as mãos de Va. Exa. pela merce que me faz em destinar o sargento Ignacio de Souza Nogueira para a faculdade de engenheiro e serviço destas obras; e desde agora fica sendo huma das minhas obrigações em que farei gosto adiantalo na theoria o sobredito sugeito (riscadas) a medida que se hira instruindo na pratica (12).

Outro que andava aprendendo engenharia no forte era Felix Botelho de Queirós, que segundo a carta de 19/12/1775 estava “postilhando” o livro de Euclides e estudando aritmética.

O cabo de esquadra Felix Botelho de Queiros emquanto eu estive molestado esteve postilhando parte do primeiro livro de Euclides, e são pocos dias que se vai instruindo na aritmetica (13).

Também um filho do capitão Joaquim Lopes Poupino, cujo nome não é mencionado, estudou engenharia no forte (carta de 10/12/1776):

Como o capitam Joaquim Lopes Poupino me participa que nesta ocasião suplica (riscada) roga a V. Exa. para que se digne mandar assentar praça e destinar para o serviço desta fortificação a hum unico filho que tem de 17 para 18 annos de idade, instruindo na lingua latina, com seos principios de aritmetica, e inclinado (riscada) com sua inclinação (riscadas) alguma propensão para o desenho; não posso deixar de julgar muito acertada essa sua determinação, estimala ao mesmo tempo, na consideração de que V. Exa. lhe ha de conceder a graça que pretende. A idade e a instrução do dito sugeito, aqui aplicado nesta fortificação debaixo dos olhos do pai, alguma coisa promete, e quanto mais não seja suprir as faltas (riscadas) nas doenças dos mais (14).

A carta de 18/6/1775 dá notícia da “meza para riscar”, ou prancheta de desenho na qual seria feito o projeto do forte do Príncipe da Beira.

No dia damanhã pertendo mandar transportar para o meo novo quartel a meza para riscar, afim de poder formar a planta desta nova fortificação na conformidade que Va. Exa. me tem ordenado, cujo desenho espero enviar sem falta na primeira ocasião, que pelas noticias que tenho se offerecerá athe 26 do corrente mes (15).

Para o forte famoso foram feitas inúmeras plantas e desenhos, muito mais do que o número necessário à sua construção, e grande parte delas tem um objetivo nitidamente didático, com explicações e cálculos à margem.

Assim, os alunos formavam-se em plena selva, no canteiro da obra, ao lado da prancheta, “postilando” e estudando os livros de Euclides, de aritmética, de geometria etc., e ouvindo as aulas dos engenheiros.

A AULA DE ANATOMIA E CIRURGIA DE VILA BELA

Outro projeto ainda mais ambicioso, mas sobre o qual temos carência de documentos, foi o da **Aula de Anatomia e Cirurgia** de Vila Bela.

Segundo o Barão de Melgaço, “existindo [em 1808] no cofre, sem destino, fundos do subsídio literário, o governador resolveu aplicá-los à fundação de uma aula de anatomia e cirurgia, que mandou abrir no dia 15 de agosto, em que se festejou a chegada de sua majestade” (16).

Para elaborar o plano de estudos ou estatuto dessa Aula o Governador João Carlos designou o cirurgião-mor da capitania, ao qual nomeou, desde logo, **Lente d’Aula** (17).

Em ofício datado de Vila Bela aos 17 de outubro de 1808 ele apresentou seu plano.

O estudo teórico e prático de Anatomia e Cirurgia seria em quatro anos, assim divididos:

- Dois anos para Anatomia, sendo:
 - 8 meses para Osteologia
 - 4 meses para Miologia
 - 4 meses para Angeologia
 - 3 meses para Nevrologia
 - 6 meses para Spancanologia
- O terceiro ano seria destinado a
 - Demonstrações Anathomicas
 - Explicações Physiologicas e
 - Estudo da Cirurgia Teórica
- O 4. ano seria para
 - Medicina Operatória ou Cirurgia Prática.

Haveria aulas 4 dias por semana (às 2^{as}, 3^{as}, 5as e 6^{as} feiras), de manhã, “logo depois de rendida a Parada”. Nos últimos sábados de cada mês haveria uma sabatina ou recapitulação.

As férias seriam de um mês por ano.

Ao fim das férias haveria abertura das aulas com uma oração de sapiência ou alguma tese “logo q’haja praticantes em estado de a defender”.

Os “Estudantes Praticantes” seriam obrigados a assistir todos os dias a visita dos enfermos. Um deles deveria ficar diariamente no Hospital, fazendo observações para comunicar no outro dia ao professor e ajudá-lo no tratamento dos doentes.

Um dos praticantes seria obrigado, semanalmente, a tomar conta da aula para tratar do asseio e limpeza dos instrumentos e dos cadáveres “o que

terá a seu cargo fazer as vezes de Vedel [Bedel] pa. dar no fim de cada semana hua Rellam [Rellaçam] por escrito dellas ao Lente” (18).

A escassez de bibliografia era manifesta – “Serão todos os Praticantes obrigados a apostillarem, por averem [sic] falta de Livros necessarios para estes estudos”.

Além deste documento publicado por Humberto Marcílio e da referência do Barão de Melgaço, nada mais temos à mão sobre esse ambicioso projeto.

Na época Vila Bela entrava em decadência e a capital de fato já se transferia para Cuiabá. Um dos motivos da transferência foi a maior salubridade de Cuiabá. O próprio governador João Carlos passava mais tempo em Cuiabá que em Vila Bela. Talvez mesmo por serem mais graves os problemas de saúde em Vila Bela ele a tenha escolhido para sede da Aula de Anatomia.

ESTUDOS MILITARES

O sargento-mor Luís d’Alincourt, na sua citada obra de 1828 sugere a criação de um Curso de Estudos Militares em Cuiabá.

Julgo, portanto, que todos os motivos conspirão para estabelecer-se no Cuyabá, o seguinte Plano d’Estudos, ou outro que parecer mais vantajoso; para que, instruidos os Officiaes competentemente possuão naquelle antemural do Imperio servir bem ao Estado, à Nação e à sua Patria (19).

E transcreve o seu Plano de Hum Curso d’Estudos Militares para as Armas de Infantaria e Cavallaria, que se deverá estabelecer na cidade do Cuyabá (20).

Mas em estudos militares o século XVIII também teve iniciativa precursora. Além da engenharia militar, a que já nos referimos, o perigo de ataques na fronteira criou a necessidade de adestrar artilheiros em Mato Grosso.

De Goyás veiu um sufficiente socorro de homens brancos e pardos [em 1766], sendo o mais principal que deu aquella capitania o da pessoa do ajudante das ordens do seu governo Thomaz de Souza, que havia sido official no regimento de artilharia da praça do Rio de Janeiro, e de que muito se precisava na fortaleza para o exercicio das peças, de que não havia professor, e com elle se exercitaram muitos soldados desta capitania, que supposto não foram precisos para aquella ocasião, porque os inimigos não chegaram a fazer rompimento, contudo ficaram sabendo para darem execução quando se lhes offerecer (21).

Em 1767 vieram mais dois artilheiros.

Em Dezembro chegou monção de povoado e na mesma vieram dous officiaes militares para o exercicio de artilharia, que eram um ajudante de auxiliares da cidade de Cabo Frio, António José Varenguera, e um sargento de artilharia da praça do Rio de Janeiro, por nome José Gonçalves, que foram enviados pelo vice-rei do Estado a supplicas do general desta capitania (22).

Em 1773 chegaram duas peças de artilharia e mais dois artilheiros para ensinar os dragões que guarneciam a fronteira.

Em Setembro chegou monção de povoado e nella vieram dous officiaes de artilharia da praça do Rio de Janeiro, pedidos por este governo, um tenente por nome Thomé José Azevedo e outro sargento chamado Ignacio de Souza Nogueira, que conduziram do porto de Araraytaguaba até o desta villa e daqui ao do Jauru duas peças de artilharia, que depois se transportaram para a capital. Ambos foram expe-

dados para a fortaleza para exercitarem na disciplina da artilharia os soldados dragões desta fronteira; neste exercicio falleceu o tenente e existe provido no dito posto o sargento (23).

OS ESTUDOS MENORES DE VILA BELA

Como revela Gilberto Freyre, segundo o *Anal* de 1775, apresentado à Câmara de Vila Bela pelo vereador Francisco José Antão, foram regulados os **Estudos das Escolas Menores** tendo em vista que a capitania “já floresceu notoriamente no comercio e na agricultura era certo desse entrada às Bellas Letras para que na civilização e na riqueza tivesse a America Portuguesa, ainda mais nos interiores dos seus certoens, em que competisse nos tempos futuros com as cidades da Europa, que não tiverão melhores principios”. Alude o *Anal* à “soberba Roma”, que algum tempo depois de fundada “entrou a ilustrar-se pellas artes de escritores” (24).

Gilberto Freyre não esconde sua satisfação de pesquisador em encontrar esse “documento da época, talvez aqui pela primeira vez referido em trabalho moderno, [que] registra de modo significativo o cuidado que o Governador Luís de Albuquerque dedicou à instrução em Mato Grosso” (25).

Os **Estudos Menores** eram um conjunto de disciplinas ensinadas em colégios e destinadas à preparação de alunos que pretendessem seguir estudos universitários. Eles foram instituídos em Portugal no século XVI, e com a reforma de ensino levada a efeito pelo marquês de Pombal, passaram a ser da responsabilidade do Estado (Alvará de 28/6/1759). Em geral constavam de Latim, Gramática Latina, Retórica, Grego e Filosofia, e algumas vezes também História, Eloquência e Geometria.

A partir do Alvará de 10/11/1772 os **Estudos Menores** passaram a ser custeados pelo **Subsídio Literário**.

Faltam-nos outros documentos sobre o assunto, mas é provável que os **Estudos Menores** não tenham tido muita viabilidade prática em Mato Grosso, pois Nogueira Coelho nas suas **Memórias Cronológicas** informa que o **Subsídio Literário** começou a ser arrecadado na Capitania em 1775 – o mesmo ano em que foram criados esses estudos, segundo o *Anal* – mas “entrou o seu rendimento no cofre da real fazenda em livro separado, porque nem há junta da mesma, nem mestres ou professores que instruem a mocidade, e que recebam os pequenos ordenados que resultam daquela arrecadação” (26).

MATO-GROSSENSSES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O ilustre historiador José de Mesquita, em artigo publicado em 1925 na **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso** pergunta – Qual foi o primeiro bacharel mato-grossense?

E observando não ser fácil dar resposta devido à omissão das crônicas locais, informa só ter encontrado memória de um mato-grossense formado em leis fora do país – o Dr. Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral, nascido em Cuiabá em 1800 e formado em Direito na Universidade de Coimbra em 1822 (27).

“Há que se lhe reconhecer, desta maneira, até prova em contrário, o direito de ser tido, na ordem cronológica, como primeiro bacharel mato-grossense” (28)

Tece considerações sobre a carência de diplomados no primeiro centenário da vida mato-grossense e refere-se à notícia de 1799 dos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, da ordem do governo da metrópole que determinava o envio à Europa de sete estudantes para se instruírem “nas artes e sciencias uteis a esta capitania”. Cita o nome dos escolhidos – João Pedro de Moraes Baptista, Antonio Gomes de Oliveira, João Leite Pereira (29), Manoel Felippe de Araujo, Manoel Rabello da Silva, Joaquim Antonio Rabello e Francisco José da Costa Rodrigues, e observa – “todos nomes inexpressivos e apagados, que as crônicas locais jamais referiram, ficando-se em dúvida si alguns deles, porventura, se tenha formado ou, a verificar-se tal hipótese, se tenha regressado a Mato Grosso” (30).

A seguir, informa José de Mesquita, só em 1831 outros mato-grossenses matricularam-se em estudos superiores – Antônio Navarro de Abreu, João Gaudie Ley e José da Costa Leite Falcão entraram para a Faculdade de Direito de São Paulo que tinha sido fundada há três anos.

Virgílio Correa Filho em nota aos **Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso**, do Barão de Melgaço, refere que na relação dos estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra não consta o nome de nenhum dos sete escolhidos (31).

Mas, como informa o Barão de Melgaço, os sete moços escolhidos deviam “ir ao reino seguir os estudos da Universidade de Coimbra ou da Academia da Marinha” (32).

Seria necessário também verificar se algum deles cursou efetivamente a Academia da Marinha.

Com relação a Coimbra, documentos aos quais não podia ter acesso José de Mesquita foram pesquisados posteriormente em Portugal pelo Dr. Francisco de Morais e revelaram que no século XVIII, antes, portanto, de Prudêncio Giraldes, outros mato-grossenses bacharelaram-se na Universidade lusa.

O Dr. Francisco de Morais compulsou os livros de matrículas e os livros dos Actos e Graus e, sempre que possível, as certidões de idade dos estudantes, além de outros documentos. Adverte, entretanto, que sua trabalhosa pesquisa não está livre de lacunas, e que não será de surpreender se um ou outro estudante nascido no Brasil ficar sem referência. Isso não só em virtude da dificuldade de identificar terras de mesmo nome em Portugal e no Brasil, como ainda do fato, muito comum nos assentos de matrícula de sacerdotes, da omissão da terra de naturalidade, e também da prática bastante frequente de omitir ou acrescentar apelidos (sobrenomes) nos registros.

Isto que o autor fala em caráter geral para os estudantes brasileiros é perfeitamente aplicável aos mato-grossenses em particular.

Assim, podemos dizer, baseados na obra do Dr. Francisco de Morais, que pelo menos cinco estudantes mato-grossenses ingressaram na Universidade de Coimbra.

O primeiro que aparece é **JOSÉ MARQUES DO COUTO**, matriculado em 1779, bacharelado em 1785 e formado em cânones em 1786. É o seguinte o registro completo:

- **JOSÉ MARQUES DO COUTO**
F. de Manuel Marques do Couto
N. em Cuiabá
Fil. 13-XI-1779 – Dir. 27-X-1781 – 7-X-1783 – 13-X-1784 – 19-X-1785 –
Mat. 31-X-1782 – Graduação 27-X-1785.
Bacharel 10-VI-1785 – Formatura em Cân. 20-VI-1786 (33).

O segundo **JOSÉ DA SILVA TAVARES**, matriculado em 1781, bacharelado em 1785 e formado em cânones em 1786:

- JOSÉ DA SILVA TAVARES**
F. de Bento da Silva Tavares
N. em Minas do Bom Jesus – Cuiabá
Dir. 1-X-1781 – 5-X-1782 – 7-X-1783 – 29-X-1784 – 19-X-1785 – Mat.
31-X-1782.
Bacharel 14-VI-1785 – Formatura em Cân. 21-VI-1786 (34).

Em 1802 matriculou-se **FRANCISCO JOSÉ DA COSTA RORIZ**:

- **FRANCISCO JOSÉ DA COSTA RORIZ**
F. de José da Costa Roriz
N. em Cuiabá – Mato Grosso
Real Colégio das Artes – Aula de Grego 18-X-1802 (35)

Em 1805 matriculou-se **JOÃO PEDRO DE MORAES BAPTISTA NAVARRO**:

- JOÃO PEDRO DE MORAIS BAPTISTA NAVARRO**
F. de pais incógnitos
N. em Cuiabá – Mato Grosso
Dir. 19-XI-1805 (36).

O quinto, finalmente, matriculado em 1817, é **PRUDÊNCIO GIRALDES**, que figura sem o sobrenome **Veiga**, com o qual aparece em Sacramento Blake e outros autores:

- **PRUDÊNCIO GIRALDES TAVARES CABRAL**
F. de Joaquim Giraldes Tavares
N. em Cuiabá – Mato Grosso, 1800
Dir. 24-X-1817
Bacharel em Leis 5-VII-1821 – Formatura 10-VI-1822.
Seguiu a carreira da magistratura. Em 1858 foi eleito deputado provincial (37).

Há ainda um sexto universitário que pode parecer de Mato Grosso – Antônio Luís Ferreira, matriculado em 1742, nascido em Santo Antônio do Mato Grosso. Esse topônimo entretanto deve referir-se à antiga povoação situada no distrito do Rio das Contas, na província da Bahia (38).

Dos mato-grossenses de Coimbra o que atingiu maior celebridade foi o Dr. Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral, cuja biografia é traçada por Sacramento Blake (39).

Filho de Joaquim Giraldes Tavares da Veiga Cabral e de Da. Ana Teresa de Jesus Tavares, nasceu em Cuiabá a 22 de abril de 1800 (40).

Formado em Direito em Coimbra, voltou para o Brasil em 1822 e exerceu os cargos de juiz de fora da vila do Rio Grande do Sul, ouvidor da Comarca do Ceará, auditor geral do exército estacionado na Província Cisplatina e desembargador da relação do Maranhão.

Foi lente da cadeira de direito civil pátrio da Faculdade de Direito de São Paulo e por duas vezes diretor da mesma.

Por decreto de 16 de setembro de 1834 foi-lhe conferido o título de Doutor.

Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do Conselho do Imperador e Comendador da Ordem de Cristo.

Escreveu as seguintes obras:

Análise dos direitos naturais do homem inculto e selvagem, deduzidos do mesmo direito que rege toda a natureza criada, de que ele é parte. Rio de Janeiro, 1833, in 8. gr.

Direito Administrativo Brasileiro, compreendendo os projetos de reforma das administrações provinciais e municipais e as instituições que o progresso da civilização reclama. Rio de Janeiro, 1859, 659 págs. in 4.

Memória Histórica Acadêmica sobre os acontecimentos mais notáveis da faculdade e desenvolvimento das ciências sociais e jurídicas. São Paulo, 1855, in 4. gr.

Sacramento Blake, comentando a obra **Direito Administrativo Brasileiro**, diz que o autor escreveu-a vendo a necessidade que havia de bibliografia nacional que facilitasse o estudo da nova matéria introduzida em nossas faculdades, embora ela não fosse objeto de sua cadeira (41).

Quanto à **Memória Histórica Acadêmica**, diz que “neste livro já se acham os primeiros traços do direito administrativo” (42).

Prudêncio Giraldes faleceu em São Paulo em 1862.

NOTAS

- 1 – MARCÍLIO, Humberto – **História do Ensino em Mato Grosso**, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso, Cuiabá, 1963, págs. 26/7/8.
- 2 – MARCÍLIO, Humberto, o.c., pág. 28.
- 3 – FREYRE, Gilberto – **Contribuição para uma Sociologia da Biografia – O exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII**, 2 vol., Lisboa, 1968, vol. 2, pág. 147. Esta importante obra do ilustre sociólogo cresce de importância quando se sabe que, posteriormente à sua publicação, grande parte da documentação estudada perdeu-se num incêndio ocorrido no Arquivo da Casa da Insua.
- 4 – MARCÍLIO, Humberto, o.c., págs. 28/9.
- 5 – MOURA, Carlos Francisco Moura – **Termos de Mineração Usados em Mato Grosso nos Séculos XVIII e XIX**, in **CONVERGÊNCIA**, Revista Cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, Ano I, n. 2, Rio de Janeiro, Janeiro/junho 1977.
- 6 – ALINCOURT, Luís d’ – **Resultado dos Trabalhos e Indagações Estatísticas da Província de Matto-Grosso** (Cuyabá, 1828), in **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, Vol. VIII, Rio de Janeiro, 1880, pág. 58. Sobre o **Subsídio Literário**, diz o autor – “Foi instituído pela Lei de 10 de Novembro de 1772, e estabelecido nesta Província no anno de 1775 para manutenção dos Mestres de escola. Ficou sendo extensiva a sua applicação nella pelas Cartas de 17 de Outubro de 1773, e 19 de Agosto de 1779. A sua quota he a de cem réis de prata por cada canada de agoardente, e de real por cada real de carne verde. O seu rendimento regulou sempre até o anno de 1810, de nove centos e hum conto de réis, e á dez annos a esta parte que não chega a mais de seis centos e setenta mil réis – 570\$000” (o.c., pág. 72).
- 7 – CORREA FILHO, Virgílio – **As Raias de Matto Grosso**, Vol. IV – Fronteira Ocidental, S. Paulo, 1926, pág. 94, nota 165.

- 8 – CORREA FILHO, Virgílio, o.c., pág. 94.
- 9 – FREYRE, Gilberto, o.c., Vol. 2, págs. 91 e seguintes – “Registo de rascunhos de cartas, datadas do Forte do Príncipe da Beira, possivelmente da autoria do director das obras (1775-1777)”.
- 10 – FREYRE, Gilberto, o.c., pág. 92.
- 11 – FREYRE, Gilberto, o.c., pág. 92.
- 12 – FREYRE, Gilberto, o.c., págs. 100/1.
- 13 – FREYRE, Gilberto, o.c., págs. 116/7.
- 14 – FREYRE, Gilberto, o.c., pág. 130.
- 15 – FREYRE, Gilberto, o.c., pág. 102.
- 16 – MELGAÇO, Barão de, — o.c., pág. 310.
- 17 – MARCÍLIO, Humberto, o.c., págs. 29/30/1, transcreve a íntegra do ofício. O autor dá como ilegível a assinatura do Cirurgião-mor da Capitania.
- 18 – MARCÍLIO, Humberto, o.c., pág. 30. “Bedel — m. Empregado que na Universidade faz a chamada e aponta as faltas dos estudantes e lentes (do ba. lat. *bedellus*)” (Cândido de Figueiredo, *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*). Sobre o exercício da Medicina em Mato Grosso, v. o artigo do autor, a ser publicado, *Médicos e Cirurgiões em Mato Grosso no Século XVIII e Início do XIX*.
- 19 – ALINCOURT, Luís d’ — o.c., pág. 119.
- 20 – ALINCOURT, Luís d’ — o.c., pág. 120/1.
- 21 – SIQUEIRA, Joaquim da Costa, *Chronicas do Cuyabá*, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. IV, 1898-99, pág. 147.
- 22 – SIQUEIRA, Joaquim da Costa, o.c., pág. 148.
- 23 – SIQUEIRA, Joaquim da Costa, o.c., págs. 169/170. Este Ignácio de Sousa Nogueira foi o mesmo que estudava engenharia como vimos.
- 24 – FREYRE, Gilberto, o.c., vol. 1, págs. 114 e 165.
- 25 – FREYRE, Gilberto, o.c., vol. 1, pág. 114.
- 26 – COELHO, Filipe José Nogueira, o.c., pág. 186.
- 27 – MESQUITA, José de — *O Primeiros Bachareis Mattogrossenses*, in Revista do Instituto Histórico de Matto-Grosso, ano 1925, período VII, tomo XIV, pág. 29.
- 28 – MESQUITA, José de — o.c., p. 29.
- 29 – Nos *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*, do Barão de Melgaço está José Leite Pereira, ao invés de João.
- 30 – MESQUITA, José de — o.c., p. 31.
- 31 – MELGAÇO, Barão de — o.c., p. 302, n. 76.
- 32 – MELGAÇO, Barão de — o.c., p. 302 — “Em observância das reais ordens de 21 e 27 de outubro de 1798, as Câmaras de Vila Bela e de Cuiabá estabeleceram impostos para o pagamento de passagem e pensões alimentares de sete moços, escolhidos pelo general, que devem ir ao reino seguir os estudos da Universidade de Coimbra ou da Academia de Marinha”. Uma nota de Estevão de Mendonça a este período informa que “O imposto criado foi de 90 réis, ouro, por cabeça de escravo” (o.c., p. 302, nota 75).
- 33 – MORAIS, Francisco — *Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil*, separata de BRASÍLIA, Suplento ao Vol. IV, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros, Coimbra, 1949, p. 312.
- 34 – MORAIS, Francisco — o.c., p. 318.
- 35 – MORAIS, Francisco — o.c., p. 387. Será este Francisco José da Costa Roriz o Francisco José da Costa Rodrigues, um dos sete escolhidos em 1800 para ir estu-

dar em Portugal? Isto poderia ser se Roriz estivesse por Roiz, abreviatura de Rodrigues (Rodriguez). O sobrenome Rodrigues é muito mais comum que Roriz.

- 36 – MORAIS, Francisco – o.c., p. 392. Não deixa de surpreender que o estudante seja filho de pais incógnitos, considerando-se o cunho elitista que tinha o ensino universitário na época. Entretanto na relação de alunos de Coimbra constam vários outros nas mesmas condições. E outras surpresas são-nos reveladas. Antônio Alves da Rocha, natural das Minas de Nossa Senhora da Natividade, matriculado em 1786 era filho de Ana Narção Nina, escrava de Antonio Fernandes Rocha. Bacharelou-se em 1790 e formou-se em cânones em 1791.
- 37 – Morais, Francisco, o.c., p. 414.
- 38 – MORAIS, Francisco – o.c., p. 172 – “944 – ANTONIO LUÍS FERREIRA – F. de Manuel Luís Santarém. N. em Santo Antônio do Mato Grosso. Inst. 16-I-1742 Cân. 1-X-1743 – 1-X-1744 – 1-X-1745 – 1-X-1746 – 1-X-1947”. Não encontramos na relação os nomes de José Barbosa de Sá, que foi advogado e primeiro cronista de Cuiabá, nem o de Antônio Luís Patrício da Silva Manso, cirurgião-mor em Cuiabá e implicado na “Rusga”. Também o do Pe. José Manuel de Siqueira, que foi o primeiro professor régio de filosofia racional e moral de Cuiabá não consta.
- 39 – SACRAMENTO BLAKE – *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, reimpresso em off-set, Conselho Federal de Cultura, 1970, 7. vol., p. 85.
- 40 – Segundo S. Vampré, entretanto, a data de seu nascimento é 26 de abril (MESQUITA, José de, o.c., p. 29, nota 1). Ver também MENDONÇA, Rubens de – *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, 2ª edição, e MENDONÇA, Estêvão de – *Datas Matogrossenses*, 2ª edição, revista por Rubens de Mendonça, I vol., p. 30/31.
- 41 – SACRAMENTO BLAKE – o.c., p. 85.
- 42 – SACRAMENTO BLAKE – o.c., p. 85.